

RESENHA

THE GENDER OF THE GIFT*

Adriana Piscitelli.**

The gender of the gift talvez seja um dos textos mais interessantes na produção recente da antropologia inspirada pelo feminismo. O livro, nas palavras da autora *um experimento narrativo*, é um exercício complexo de interpretação que mostra como uma análise que outorga um lugar central ao gênero tem a capacidade de questionar tanto pressupostos básicos da antropologia como do próprio feminismo.¹

Poder-se-ia dizer que o livro trata da **dádiva** em alguns grupos da Melanésia - tema que encontra-se entre os clássicos da antropologia - pensando-a, numa perspectiva inovadora, como uma ação marcada pelo gênero (*gendered*). Na maior parte dos escritos antropológicos que trataram do tema, *convencionais* segundo a autora, o intercâmbio de presentes é considerado como um ato auto-evidente: uma transação onde circulam itens de tipos diversos - entre os quais há itens masculinos e femininos - como bens ou recursos de que dispõem os que estão realizando a transação. Nestas perspectivas, o comportamento é visto como categoricamente *neutro* e se considera que o *poder* reside no controle do evento e dos bens, de forma análoga à maneira pela qual os homens controlam as mulheres. A perspectiva

* Por Marilyn Strathern. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1988.

** Doutoranda em Ciências Sociais, Área Família e Gênero. IFCH. UNICAMP.

¹ Embora assumo, é claro, minha responsabilidade por este comentário, agradeço às integrantes do Grupo de Estudos do PAGU, idéias que surgiram da discussão deste e de outros textos.

utilizada pela autora para tratar da dádiva permite-lhe afirmar que na cultura Melanésia tal comportamento não é *neutro* senão que, ao contrário, é marcado pelo gênero. Isto significa que a habilidade que homens e mulheres têm para realizar transações com ítems determinados resulta do *poder* que o gênero confere a algumas pessoas às custas de outras.

Strathern afirma, portanto, que perguntar-se sobre o *gênero da dádiva* é perguntar-se sobre a situação de intercâmbio de presentes enxergando nestes a forma que a dominação adquire nessas sociedades. E é, também, perguntar-se sobre os conceitos analíticos e indagar-se sobre os mundos que os pressupostos particulares sustentam. Esta afirmação adquire sentido se se considera que a maneira inovadora pela qual Strathern apresenta sua análise do gênero na dádiva não seria possível sem sérios questionamentos dos pressupostos das categorias analíticas antropológicas e feministas através das quais a dádiva tem sido interpretada. A perspectiva inovadora da autora resulta de um escrutínio que, à maneira de um vaivém, põe em confronto os pressupostos dos dois corpos de conhecimento. Strathern adota o projeto feminista de explorar como o imaginário de gênero estrutura conceitos e relações. Ela toma parte, também, na tentativa feminista de deslocar pressupostos e preconceitos estabelecidos. Porém, tendo em vista que o movimento feminista tem raízes evidentes na sociedade ocidental, a autora considera que é imperativo contextualizar também os pressupostos feministas. Strathern faz isto questionando as premissas que orientam o desafio que o feminismo coloca às premissas antropológicas e mostrando, ao mesmo tempo, como, a antropologia poderia, dentro do seu contexto, responder ao debate feminista.

A forma particular da apresentação dos questionamentos e sua profundidade tornam **The gender of the gift** uma importante etnografia das práticas de conhecimento ocidentais. Práticas de conhecimento que, contextualizadas através de um

contraponto com as de diversos grupos da Melanésia, conduzem a uma vasta discussão de argumentos fundamentais da antropologia - entre eles, os princípios do método comparativo - e do feminismo acadêmico.

A crítica inicial que Strathern realiza às análises antropológicas convencionais acerca da dádiva é o cerne da trama narrativa do livro. A autora expõe o que considera como práticas de conhecimento melanésias e considera, à sua luz, questões estritamente feministas (a dominação masculina) e antropológicas (comparação *cross-cultural*). A preocupação é, contextualizando os pressupostos das questões colocadas pelos dois corpos de conhecimento, olhar os dados sociais e culturais através dos quais a antropologia e o feminismo acadêmico se constroem.

Strathern nos convoca a um exercício de imaginação para observar como a cultura da ciência social ocidental endossa certos interesses na vida social. Sua estratégia narrativa é utilizar um tipo de *atividade produtiva* - as análises antropológicas ocidentais - para evocar um outro tipo de *atividade produtiva* - como os melanésios conceitualizam as causas e resultados de suas ações. Uma vez compreendidos os tipos de interesses presentes em nossa cultura científica será possível, de maneira análoga, imaginar os tipos de interesses presentes em outras culturas. Isto é relevante quando se trata do gênero. A autora considera que a atividade simbólica da metafísica ocidental trabalha intensamente com um imaginário no qual o gênero é fundamental. Portanto, quando os antropólogos se enfrentam com outras culturas nas quais acontece o mesmo, como as da Melanésia, correm o risco de realizar equívocos culturais na interpretação das relações homem/mulher. Porém, não se trata só disto. O perigo maior não reside apenas nos valores particulares que o imaginário ocidental de gênero aloca às diferentes atividades. Ele está sobretudo nos pressupostos

subjacentes sobre a natureza da sociedade e em como a natureza torna-se um objeto de conhecimento.

The gender of the gift é um texto denso e de leitura, embora difícil, altamente sugestiva. O livro está organizado em torno da discussão das premissas nas quais se baseiam os escritos sobre a Melanésia, pensados como pertencendo a um modo particular de conhecimento e explicação (o ocidental). A autora, ciente de não poder escapar deste modo de conhecimento, tenta tornar visíveis os modos em que ele opera, explorando seu potencial reflexivo. Para isto Strathern organiza o livro através de várias relações ou oposições: os eixos *nós/eles*, *dádiva/mercadoría* e *pontos de vista feministas/antropológicos*. Estes eixos narrativos constituem diversas entradas nas quais oposições são trabalhadas de forma a contextualizar os sistemas simbólicos de cada prática de conhecimento. Assim, por exemplo, os pontos de vista feministas permitem ganhar distância dos escritos antropológicos: uma vez que as críticas feministas, incorporando interesses sociais definidos, oferecem indiretamente comentários sobre os contextos das idéias antropológicas e de seus interesses.

No intenso processo de desconstrução realizado no livro, Strathern questiona os supostos e a universalidade da aplicação de uma série de construções analíticas: o conceito de sociedade - a concepção antropológica de que as pessoas representam para si mesmas uma *sociedade* na qual há uma necessária relação hierárquica com o indivíduo; a concepção de cultura como artifício construído sobre uma natureza e a correlata separação entre natureza e cultura. A autora coloca em xeque a universalidade de uma série de conceitos que considera reflexos das metáforas centrais ocidentais e que não são aplicáveis à Melanésia: a concepção de uma sociedade dividida em domínios - privado e público ou político-jurídico e doméstico; dos conceitos de identidade sexual individual; de papéis sexuais; de

dominação com seus referenciais de propriedade e posse e suas associações às questões de identidade de gênero.

É claro que Strathern mantém o interesse na compreensão de sistemas simbólicos contextualizados, a idéia de indissolubilidade entre pensamento e ação e, portanto, o interesse na ação social. A autora pensa que os Melanésios, assim como os ocidentais, *apresentam, à maneira de um conhecimento*, para si mesmos suas relações e interações. No entanto, estas relações e interações não adquirem, na Melanésia, a forma ocidental de "sociedade". Não poderiam nunca assumir essa forma pois os Melanésios não organizam seu conhecimento de acordo com as metáforas ocidentais. Segundo Strathern *o modo de pensamento Melanésio não classifica: justapõe*. É um modo de pensamento no qual as diferenciações jamais sugerem elementos componentes de um sistema superior de classificação ou subcategorias de categorias de espécies: as diferenciações sugerem *expansões ou contrações*. Por este motivo, a autora, que utiliza basicamente metáforas de interação, mantém, na *evocação* da vida social Melanésia, poucos dos conceitos que nos são familiares. Strathern trabalha as metáforas derivadas da ciência social ocidental, como se fosse possível decompô-las, para poder utilizar novamente e de maneira diferente seus componentes. Neste procedimento, os conceitos que conhecemos são utilizados de maneira que possam adquirir outro alcance analítico, possibilitando *evocar* a fluidez da vida social Melanésia. Assim, são básicas para a análise as idéias de: socialidade (*sociality*) - a criação e manutenção de relações sociais, que organizam diversas formas de interação individuais e coletivas; ação - pensada como um efeito, uma performance de apresentação; agente - alguém que age tendo uma outra pessoa em mente; pessoa - microcosmo das relações sociais, locus plural e singular das relações que a produzem; e gênero que, referindo-se às conceitualizações que as pessoas realizam tendo

como referência as diferenças baseadas no imaginário sexual, demarca diversos tipos de ações.

Vale a pena aqui determo-nos um pouco para tentar compreender o alcance desta idéia de gênero. O gênero é apresentado como uma concepção que deixa de enquadrar-se nas dicotomias ocidentais, sendo um meio principal através do qual são construídas relações sociais orientadas por "outro" modo de pensamento. Por que? É que cada melanésio possui capacidades que podem ser acionadas, na interação com outro, convertendo cada um que é múltiplo e plural, enquanto capacidade, em um singular. Esta fluidez e mutabilidade que os conforma resulta de um pensamento que justapõe em lugar de classificar. E precisamente essas capacidades fluidas - das mentes e dos corpos das pessoas - e seus efeitos sobre outras pessoas, são evidenciadas através do gênero. Essa fluidez e mutabilidade orientam as possibilidades das identidades de gênero que se conformam, temporariamente, delimitando o tipo de ação. As pessoas contêm dentro de si múltiplas identidades. É como se tudo e todas as coisas possuíssem capacidades imanentes que em qualquer momento pudessem ser ativadas.

As identidades de gênero Melanésias podem ser duplas ou compostas, e\ou unitárias. A manifestação dessas identidades depende das circunstâncias, da forma assumida pelas identidades daqueles como quem se está interagindo. No estado composto, cada pessoa é uma espécie de andrógino, que não opera nem como "homem", nem como "mulher", trata-se de uma relação de gênero composto (*cross-sex*). No estado unitário, como nos encontros que podemos imaginar como de "homem - mulher", a identidade de gênero das pessoas se homogeneiza de tal maneira que suas partes internas se mantêm numa relação de sexo único (*all male, all female*). Assim, as relações de gênero que deveriam ser o foco de análise, na Melanésia, não são aquelas entre "homens" e "mulheres" mas as relações entre *same sex* e *cross sex*: as formas - transformáveis - de pessoas que podem

aparecer como singulares ou múltiplas. Deste modo, o mundo não pode ser cindido nas dicotomias clássicas.

Devo confessar que, apesar do deslumbramento provocado pelo livro, fui sentindo um certo desconforto à medida em que avançava na leitura. Por grande que seja a sedução intelectual exercida pela desconstrução, é difícil não sentir uma certa inquietação ante a consideração da *dominação* - mesmo entre os Melanésios e apesar de aceitar participar do jogo das *ficções narrativas* - como um *estilo*, como um constrangimento que toma parte de uma *estética opressiva*. A autora sabe dos efeitos que afirmações deste tipo podem provocar nas feministas. Ela é consciente de que sua proposta intelectual não tem uma inserção confortável dentro do movimento feminista e defronta-se com as consequências de sua postura intelectual, assinalando que há uma diferença entre uma política radical, que procura elementos de identidade para realizar mudanças, e uma produção acadêmica radical que questiona o terreno no qual são compartilhadas as experiências e se constrói a identidade. Strathern afirma que nem sempre alterar as maneiras de pensar é visto como ação prática e que, frequentemente, o radicalismo acadêmico parece resultar numa não ação. A política radical, por sua vez, é politicamente conservadora, pois é obrigada a operacionalizar conceitos ou categorias já compreendidos ou aceitos tais como, por exemplo, *igualdade*. É na natureza radical da academia onde ela vê possibilidades para o pensamento antropológico. Minha inquietação poderia, portanto, ser dispensada como dificuldade lógica ("ocidental?") decorrente da impossibilidade de deixar de ser orientada por aqueles pressupostos.

No entanto é difícil não sentir desconforto com alguns problemas colocados pela argumentação da autora. As idéias sobre a cultura ocidental me pareceram extremamente homogeneizantes, ao lado de uma diversidade de concepções Melanésias. Strathern defende-se desta possível crítica

afirmando que, no livro, uma diversidade de perspectivas teóricas expressam, no ocidente, basicamente as mesmas metáforas. De maneira homóloga, a diversidade de concepções dos diversos grupos Melanésios expressam basicamente uma mesma maneira pela qual as pessoas constroem e manifestam o seu conhecimento sobre a ação social.

Acho que uma questão mais definitiva se relaciona com o carácter dos sucessivos questionamentos às categorias analíticas apresentados pela autora. Estes questionamentos são mostrados, um após o outro, como meras construções ocidentais. Strathern denuncia a visão europeia ocidental da cultura, que a concebe universalmente como produção, como realização de coisas, como artifício construído sobre uma natureza, como manifestação de poder e eficácia decorrentes da domesticação do mundo natural. O problema, para a autora, parece não residir nestas construções em si mesmas, mas em sua descontextualização, ou seja, na aplicação de construções analíticas ocidentais para compreender "outros" sistemas simbólicos contextualizados.

Claro que é importante contextualizar, e a crítica colocada por Strathern ao método comparativo está bem fundamentada. Segundo a autora, o método comparativo, investigando variáveis através das sociedades, descontextualiza as construções locais para trabalhar com construções analíticas, que, por sua vez, estão ligadas à outro contexto. O estudo dos sistemas simbólicos apresenta, porém, uma problemática particular. Quando o interesse teórico se dirige à maneira pela qual idéias, imagens e valores são contextualizados localmente, a descontextualização não funciona. São necessários, então, outros meios para lograr generalidades analíticas. Isto não se resolve pensando que é possível substituir conceitos exógenos por conceitos indígenas. Portanto, para a autora, a tarefa a ser realizada é dar conta da complexidade dos conceitos indígenas referindo-os ao contexto particular em que são produzidos. Ela

faz isto mostrando a natureza contextualizada das construções indígenas e expondo a natureza contextualizada das construções analíticas.

Sem negar a enorme importância de mostrar as falhas do método comparativo, fundamental na construção da antropologia, não posso deixar de perguntar-me se com a luz jogada nas nossas construções, a partir da contextualização, não poderíamos enveredar por outros caminhos. É verdade que precisamos ir além dos procedimentos convencionais para ampliar nossas estratégias analíticas auto-referidas. Será que esse alargamento, a modificação de nossa auto-compreensão não pode ser implementado de outras maneiras ?

Acho que Strathern manifesta seu desacordo teórico mais importante quando questiona as explicações holísticas e totalizantes da antropologia clássica. A proposta da autora, à maneira da polifonia feminista, recusa o olhar desde uma única perspectiva, a observação desde um único ponto de vista que coloca as pluralidades culturais numa relação parte-todo. Trata-se, enfim, de uma perspectiva radicalmente pluralista. Mas, como ter proveito das lições tiradas de Hagen - o povo de Papua Nova Guiné que ela descreve melhor - se permanecemos do outro lado da linha demarcada pela separação Ocidente/ Melanésia?

É claro que o exercício de acompanhar uma análise como esta, que consegue mostrar como o gênero é um "através", um operador de diferenças que dá forma as relações sociais abre muitas possibilidades para os estudos de gênero. É raro um texto que mostre tão claramente o simbolismo sexual como metáfora da organização de idéias sobre outras coisas, sobre forças da vida ou valores gerais. **The gender of the gift** permite alargar nosso horizonte de compreensão do gênero e do pensamento humano de uma maneira que talvez a autora não tenha previsto. Esse é, porém, um efeito inevitável da leitura do livro, porque, enfim, os textos também são polissêmicos.